

Fundamentação científica do conceito de integridade da informação a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas

ID Carlos Alberto Ávila de Araujo

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Brasil.
casalavila@yahoo.com.br

Resumo

Objetivo: O objetivo deste trabalho é proporcionar uma possível fundamentação do conceito de integridade da informação, que até o momento vem sendo apresentado em documentos institucionais, mas ainda não está estabelecido como um conceito científico. Para tanto, parte-se da ideia de informação como ação. **Metodologia:** Foi utilizada a teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas para analisar os três princípios básicos da integridade da informação: a precisão, a consistência e a confiabilidade. **Resultados:** É possível identificar a ação informacional como conhecimento, como cultura e como comunicação, o que tem relação direta com os três tipos de agir propostos por Habermas: o teleológico, o normativo e o dramaturgico. Eles permitem fundamentar os princípios de precisão, consistência e confiabilidade da integridade da informação. **Conclusões:** a perspectiva da integridade da informação permite identificar a complexidade, os diferentes níveis e dimensões da desinformação e fenômenos correlatos em um único e abrangente quadro explicativo.

Descritores: Integridade da informação. Desinformação. Teoria da ação comunicativa.

Recebido em: 19.06.2025 | **Aceito em:** 12.03.2026

1 Introdução

A ideia de integridade da informação surgiu há dois anos, como uma proposta de combate à desinformação, aos discursos de ódio e as teorias da conspiração, no âmbito de instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o G20, o fórum das vinte maiores economias do mundo. Diversos documentos oficiais foram produzidos desde então, buscando definir o termo, apresentar suas características e elementos e traçar linhas de ação de diferentes atores envolvidos com tais questões.

Contudo, os documentos ressaltam que ainda não se trata de um conceito estabelecido e, inclusive, lançam convites para que a comunidade científica atue na busca por uma fundamentação do conceito. O presente artigo se insere nessa perspectiva, buscando apresentar elementos e discutir os três componentes básicos da integridade da informação: a precisão, a consistência e a confiabilidade. Em muitos documentos, eles são mencionados, às vezes até usados de forma intercambiável, mas não há um aprofundamento da discussão sobre o significado de cada um deles.

Para isso, o artigo promove quatro discussões. Num primeiro momento, são apresentadas algumas sínteses sobre as pesquisas atuais sobre desinformação e fenômenos correlatos. A seguir, a partir da constatação de que a informação vem sendo compreendida cada vez mais como uma ação no escopo da ciência da informação, busca-se na teoria da ação comunicativa de Habermas elementos que permitam estabelecer relações entre os três componentes da integridade da informação. Por fim, são realizadas discussões específicas sobre cada um deles, de forma a avançar em sua compreensão. Após esses quatro movimentos, são feitas algumas considerações sobre possíveis avanços que podem ser obtidos a partir da aplicação da ideia de integridade da informação para a compreensão do quadro informacional contemporâneo, marcado pela desinformação, e para o combate aos efeitos nocivos da desinformação nas várias dimensões da vida humana e social.

2 Surgimento e evolução do conceito de integridade da informação

A proposta da integridade da informação, conforme Santos (2024a), ganhou destaque no mundo em junho de 2023, quando foi publicado o documento “Our Common Agenda: Policy Brief 8”, pela ONU (United Nations, 2023). A mesma autora

aponta que a temática foi desenvolvida em um documento do ano anterior, produzido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud), intitulado “Strategic Guidance on Information Integrity: Forging a Pathway to Truth, Resilience and Trust”. E, neste documento, há duas referências para o conceito de integridade da informação: um produzido por uma empresa chamada Yonder (que existiu de 2017 a 2022) e outro, o relatório “Protecting Information Integrity: National and International Policy Options”, produzido pelo Club de Madrid, de novembro de 2018.

Os três documentos mencionados no parágrafo anterior foram analisados por Araújo (2024a). Entre as principais contribuições deles para o entendimento do fenômeno, destaca-se, em primeiro lugar, o uso da expressão “poluição da informação”, para enfatizar o fato de que um ecossistema de informação não se torna corrosivo apenas com a propagação de informações falsas mas, também, pela ação de discursos de ódio, teorias da conspiração e outros fenômenos. Em segundo lugar, o entendimento de que a desinformação não ocorre apenas por meio de conteúdo falso, mas também pela falsificação de elementos de conteúdos verdadeiros, tais como a autoria, a data, o canal de divulgação e o contexto. E, em terceiro lugar, o fato de que a desinformação não existe apenas no conteúdo de mensagens, mas ela se manifesta nos fluxos da informação, nos diferentes regimes de informação que se conformam pelo mundo. Em outro trabalho, Santos (2024b) identifica que o ano de 2024 apresentou ainda outras duas etapas importantes para a proposta da integridade da informação: a assinatura do Pacto Digital Global e a consolidação dos cinco princípios globais da integridade da informação, pela ONU, no documento “United Nations Global Principles for Information Integrity: Recommendations for Multi-stakeholder Action” (United Nations, 2024). Nele, são apresentados cinco princípios: a resiliência e a confiança da sociedade; incentivos saudáveis; empoderamento dos públicos; mídias livres, independentes e plurais; e transparência e pesquisa.

Outro organismo internacional multilateral envolvido com a integridade da informação é o G20, um fórum composto pelos países que possuem as maiores economias do mundo. No dia 20 de setembro de 2023, foi lançada por este grupo a Declaração Global sobre Integridade da Informação Online. Nos dias 30 de abril e 01 de maio de 2024, ocorreu um evento paralelo do G20 com o tema “Integridade da informação e confiança no ambiente digital”. O tema da integridade da informação também esteve presente na 19ª Reunião de Cúpula do G20, que ocorreu no Rio de

Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. E, ainda em 2024, o G20 publicou o documento “Possible Approaches to Promoting Information Integrity and Trust in the Digital Environment”.

Os avanços continuaram, identificando-se, por exemplo, a importância de ampliar as análises para além da intencionalidade dos emissores para o estudo dos fluxos; a identificação dos problemas não apenas na informação nela mesma, mas em sua interação com vários fatores (políticos, econômicos, tecnológicos, sociais, a partir dos quais ela constrói sua condição de existência); e a constatação de que há diferentes atores relacionados com o problema, tais como governos, legislativos, meios de comunicação de massa, empresas de tecnologia digital, entre outras.

Contudo, em todas essas iniciativas e documentos institucionais, percebe-se ainda uma lacuna. Em praticamente todos eles se mencionam os três componentes da integridade da informação – precisão, consistência e confiabilidade. Mas pouco se desenvolve sobre eles. Em alguns momentos são quase tomados como sinônimos. É em relação a essa lacuna que este texto pretende trazer uma contribuição.

3 A pesquisa sobre desinformação e fenômenos correlatos

A ideia de integridade da informação nasceu para combater os efeitos nocivos da poluição informacional, isto é, da desinformação e fenômenos correlatos como os discursos de ódio. Assim, é importante, para embasar o que é a integridade da informação, entender os fenômenos que ela visa combater. Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre desinformação e fenômenos correlatos nos últimos anos, especialmente após 2016, e muito se avançou em sua compreensão (Wardle; Derakhshan, 2017). Muitas são as iniciativas de sistematizar tais compreensões. Em Araújo (2024b) há a apresentação de três delas.

A primeira é a conceituação e diferenciação dos diferentes termos e conceitos usados para descrever a realidade informacional contemporânea, utilizando como critério os conceitos de autoridade cognitiva de Patrick Wilson e de sistemas peritos de Anthony Giddens. Com isso, buscou-se determinar a especificidade dos conceitos que buscam se aproveitar da legitimidade das autoridades cognitivas (as *fake news*, a *fake science* e os *clickbait*) e, de outro lado, os que buscam destruir essa legitimidade, tais como os testemunhais falsos, as teorias da conspiração e os

discursos de ódio. Outra sistematização é a que se deu a partir dos modelos ou paradigmas da Ciência da Informação, identificando os três níveis de realização dos fenômenos: físico (lógica dos algoritmos dos motores de busca e redes sociais que favorecem o efeito bolha), cognitivo (em que os vieses cognitivos conduzem os usuários na preferência por determinadas informações) e social (em que se verifica uma cultura ou regime de pós-verdade, isto é, de desvalorização da verdade). Por fim, a partir dos modelos teóricos das ciências sociais, tendo como referência a sistematização promovida por Burrell e Morgan (1979), e iniciada na Ciência da Informação por Ilharco (2003), foram identificadas quatro dimensões para os fenômenos informacionais atuais: enquanto disfunção, doença, poluição da informação, causada por disfunções dos sistemas e plataformas de informação; enquanto forma contemporânea de ideologia e poder, causada por atores interessados na desinformação; enquanto construção cotidiana dos sujeitos, por meio de suas valorações e mecanismos de fixação de crenças; e enquanto condição de alienação dos sujeitos, ou maior ou menor compreensão sobre as dimensões de poder envolvidas na desinformação.

Tais sistematizações evidenciam o quadro fragmentado em que se encontra a compreensão do fenômeno, o que tem causado soluções parciais e desconectadas, tais como promoção de checagem de fatos, diferentes tipos de letramento (midiático, informacional, científico), propostas de regulação das plataformas digitais, mecanismos de responsabilização, promoção de espaços de denúncia, entre outros. A proposta da integridade da informação tem como um de seus objetivos justamente promover um grande quadro compreensivo dos diferentes aspectos e níveis da desinformação como forma de proporcionar também o diálogo e unificação das ações de combate aos seus efeitos nocivos.

4 Informação como ação e a teoria da ação comunicativa

A ciência da informação surgiu na década de 1960 e, ao longo das décadas, é possível verificar que a definição do que é seu objeto de estudo – a informação – foi mudando ao longo das décadas.

Entre as tentativas de sistematizar essa mudança, está a de Saracevic (1999), para quem é possível perceber a existência de três grande conceitos de informação

na ciência da informação: a) em sentido restrito, isto é, em que a informação é considerada como sinais ou mensagens, envolvendo pouco ou nenhum processamento cognitivo, sendo tratada como uma propriedade objetiva das mensagens, algo passível de ser apreendida enquanto probabilidade; b) em sentido amplo, quando a informação é vista como efetivamente envolvendo processamento cognitivo e compreensão, isto é, como resultante da interação da mente dos sujeitos e as mensagens ou sinais; c) em sentido ainda mais amplo, em que a informação é vista como algo ligada a um contexto. Nesse sentido, a informação envolve não apenas mensagens (primeiro sentido) que são processadas cognitivamente (segundo sentido), mas também está relacionada a um contexto (situação) e com uma tarefa ou ação desempenhada pelo sujeito.

Em sua famosa sistematização por paradigmas, Capurro (2003) diz que também é possível encontrar três grandes conceitos de informação: a) físico, isto é, uma materialidade que é enviada de um emissor para um receptor; b) cognitivo, relacionada com a medida em que uma determinada mensagem altera a estrutura cognitiva de alguém; c) social ou pragmática, isto é, constituída socialmente no decurso das ações dos sujeitos de maneira reciprocamente referenciada – ou seja, no âmbito da intersubjetividade.

Também Saläun e Arsenault (2009) identificam três grandes conceitos de informação. São eles: a) como forma ou sinal, uma materialidade legível, isto é, perceptível pelos sujeitos; b) como o conteúdo de um sinal, como texto, ou seja, algo da ordem do inteligível, do que pode ser interpretado e compreendido; c) como meio, ou seja, como uma forma de relacionamento, algo que tem uma dimensão social, relacionado com as interações dos sujeitos e o uso dos conteúdos nessas interações. Bawden e Robinson (2012) também apresentam três modelos de estudo da informação: o paradigma orientado para os sistemas, o paradigma cognitivo e o paradigma sociocognitivo.

Poderiam ser usados muitos outros exemplos mas, para os limites deste texto, é suficiente identificar algo em comum nessas três abordagens: a ideia de que a informação foi, inicialmente, entendida como uma propriedade objetiva, um conteúdo objetivo dos documentos; depois, como um atributo subjetivo, isto é, uma alteração cognitiva nos sujeitos a partir da interação com o conteúdo objetivo; e, por fim, como algo ligado à ação humana, à construção humana das linhas de ação e de interação

e à própria construção do social.

É comum perceber essa evolução em trabalhos de autores que buscaram estabelecer uma periodização da ciência da informação, como por exemplo Hjørland (2018) que identifica seis grandes momentos teórico da área, sendo o último deles (e mais recente) o que busca uma visão orientada por uma perspectiva social e cultural, enfatizando a ação dos sujeitos. Hartel (2019) aponta a existência de um primeiro modelo, o físico e, depois dele, a existência de sete “viradas” no conceito de informação: a cognitiva, a afetiva, a da neodocumentação, a sociocognitiva, a da vida cotidiana, a do construcionismo social e a corporificada. Embora sejam ênfases em distintos aspectos informacionais, há em comum neles a evidência ao caráter ativo dos seres humanos no trato com a informação e a inserção da informação em contextos sócio-históricos. Por fim, no manual de Heisig (2024), embora haja vários capítulos dedicados a diferentes subáreas da ciência da informação, também há indicações da passagem de concepções fisicistas (voltada para a informação como conteúdo objetivo de mensagens e sua dimensão probabilística) para concepções semânticas (de ênfase cognitivista) para tendências mais recentes em que a informação é vista como ação, como algo da ordem pragmática (inserida em contextos) e intersubjetiva.

E é justamente por isso, pela compreensão da informação como ação, que se buscou, neste texto, refletir sobre a ação como elemento para fundamentar a integridade da informação. São muitas as teorias da ação nas ciências humanas e sociais. Há a clássica sistematização de Weber (1979) que prevê quatro tipos de ação: a tradicional, a afetiva, a racional com relação a valores e a racional orientada para os fins. Há o conhecido trabalho de Arendt (1995), que define três: labor (processo biológico do corpo humano), trabalho (transformação da natureza conforme as necessidades humanas) e ação (relacionada propriamente à condição humana, à criação das identidades e da cultura). Mas, neste artigo, optou-se por utilizar a teoria da ação comunicativa de Habermas como um possível fundamento para se discutir a integridade da ação.

A teoria da ação comunicativa foi proposta pelo filósofo Jürgen Habermas no ano de 1981. De uma forma muito geral, pode-se dizer que o objetivo desta obra é analisar a crise da modernidade a partir da constatação de que a racionalidade econômica e burocrática estaria invadindo a esfera do mundo da vida, a colonizando.

Para Habermas (1981), essa forma de racionalidade não seria adequada para o mundo social vivido, conduzindo à perda de liberdade e de sentido. Como solução, ele propõe a ideia de agir comunicativo, uma forma de ação orientada para o entendimento.

Antes de apresentar o conceito de agir comunicativo, Habermas constrói um quadro no qual identifica três formas de ação. A primeira é o agir teleológico. Trata-se de um tipo de ação orientada para uma finalidade, ou seja, que tem como alvo a realização de um objetivo. Habermas relaciona esse tipo de ação com a teoria dos jogos e a teoria da decisão. Isso significa que se trata de um tipo de ação que tem também uma natureza cognitiva, isto é, pressupõe a compreensão de uma realidade objetiva, externa ao sujeito, que servirá de base para alcançar os objetivos propostos. O conhecimento dessa realidade objetiva pode ser mais ou menos rigoroso – de toda forma, ele impõe à ação dos sujeitos a condição de verdade.

A segunda forma é o agir normativo. Ela se relaciona com um tipo de ação orientada para determinados valores comuns, compartilhados entre um grupo de pessoas no qual vive o sujeito da ação. Em um grupo social, espera-se que as normas de convivência sejam obedecidas por todos os seus membros. Habermas relaciona essa forma de ação com a teoria dos papéis de Durkheim e Parsons. Essa ação tem uma natureza intersubjetiva, relacionada à correção moral dos sujeitos, isto é, à adequação às normas.

A terceira forma é o agir dramático, em que a ação é uma forma de representação (ou autorrepresentação) dos sujeitos, isto é, uma expressão diante de um público. Uma referência apontada por Habermas é a teoria de Goffman. Nesse sentido, a ação tem uma referência subjetiva, isto é, se trata de um ato que implica o sujeito produtor do ato e as circunstâncias em que isso acontece – o contexto. Esse tipo de ação supõe, assim, a sinceridade, a autenticidade como elemento constituinte.

Habermas apresenta, a seguir, o agir comunicativo, que é voltado para o entendimento entre sujeitos capazes de falar e de agir. De certa forma, ele integra os três anteriores, já que, na ação comunicativa, há referências ao mundo objetivo, ao mundo intersubjetivo e ao mundo subjetivo. Contudo, na interação comunicativa, a validade de cada uma dessas referências pode ser contestada pelos interlocutores. Por esse motivo, Habermas apresenta o que chama de quatro pretensões de validade. A primeira delas, a inteligibilidade, seria na verdade pressuposto das demais. As

outras três se relacionam diretamente com os três tipos de ação apresentados pelo autor. O agir teleológico tem uma pretensão de verdade, isto é, uma correção ou adequação àquilo que o mundo é. O agir normativo tem uma pretensão de correção, isto é, de adequação às normas de um grupo. Por fim, o agir dramático ou expressivo tem uma pretensão de veracidade, ou seja, busca ser autêntico, representante verdadeiro da identidade e das pretensões dos sujeitos.

Reese-Schäfer (2012) assim sintetiza a teoria da ação de Habermas: a ação teleológica tem a verdade como pretensão de validade e o mundo objetivo como referência; o agir normativo tem a correção como pretensão de validade e o mundo social ou intersubjetivo como referência; e o agir dramático tem a veracidade como pretensão de validade e o mundo subjetivo como referente. O agir comunicativo tem o entendimento como pretensão de validade e, sendo a soma dos demais conceitos de ação, faz referência a todos os três mundos.

5 Os três componentes da integridade da informação

O primeiro elemento da integridade da informação é a precisão. Ela diz respeito ao mundo objetivo, isto é, à realidade que tem uma existência independente da nossa vontade. Essa realidade é a da ordem da contingência. Algumas vezes, o termo usado para descrever esse elemento é acurácia – o que significa a ideia de que pode haver uma maior ou menor precisão de determinado conteúdo em relação ao real. Esse elemento evoca, portanto, uma natureza cognitiva da informação: a informação faz referência a um mundo, que tem uma existência independente dos sujeitos, e existem diferentes formas de se fazer essa referência, com maior ou menor precisão, maior ou menor acurácia. Trata-se da dimensão da informação como conhecimento.

Refletindo sobre o processo de conhecimento, França e Simões (2016) apontam que conhecer é uma atividade exclusivamente humana, e que ultrapassa o mero “dar-se conta” de algo, implicando apreensão e interpretação. O ato de conhecer envolve um sujeito que conhece, um objeto ou realidade que passa a ser conhecida, além dos instrumentos e do próprio trabalho de conhecer. Elas destacam que há uma forma de conhecer que é resultado da experiência dos sujeitos, de sua condição de estar no mundo e agir no mundo; e uma outra forma, por meio de processos mediadores, em que a experiência dos outros é apresentada como uma forma de

conhecimento.

Essa é a questão básica que motivou Wilson (1983) a desenvolver o conceito de autoridade cognitiva. Wilson (1983) apresenta duas formas de conhecimento: o conhecimento em primeira mão e o conhecimento em segunda mão. O conhecimento de primeira mão é baseado na experiência direta do sujeito, enquanto o de segunda mão é baseado na experiência de outrem. Em relação a essa segunda forma, Wilson (1983) introduz a ideia de autoridade cognitiva (ou autoridade epistêmica) para identificar determinados atores dotados de credibilidade em relação a determinados assuntos. Essa credibilidade é construída no seio das interações humanas (isto é, ela é reconhecida pelas outras pessoas), resultando no fato de determinados sujeitos adquirirem credibilidade e influência em uma determinada esfera de ação da vida humana. Wilson (1983) está particularmente interessado nos processos de construção dessa autoridade, diferenciando-a de outros tipos de autoridade (como a administrativa), identificando seus graus, esferas e bases. Ao mesmo tempo, aponta os problemas de se usar o termo “autoridade”, que poderia evocar uma ideia de dogma, de inquestionabilidade.

González de Gómez (2007) parte desse conceito para discutir a qualidade, a credibilidade e a acurácia da informação. Ela recorre a Fallis (2004), que identifica que grande parte do conhecimento que temos do mundo vir da experiência dos outros, e não de nossa experiência direta, para propor a necessidade de uma epistemologia do testemunho, isto é, o fato de que a autoridade de outrem vem da sua experiência. É então que González de Gómez (2007) tensiona o conceito, pois, ainda que determinado conteúdo venha de uma autoridade cognitiva, reconhecida por ter credibilidade, ele pode ser falso, inexato, distorcido ou fraudulento. Ela recorre a autores como Agamben, Benjamin, Vattimo e Habermas para questionar sobre o poder de verdade de um testemunho, sua relação com as evidências e fatos do mundo, e portanto a confiabilidade desse testemunho.

González de Gómez (2007) avança no sentido de determinar que autoridades cognitivas podem estar ligadas (ou serem constituídas por) a instituições – o que ela chama de infraestrutura epistêmica. E, baseando-se em Fallis (2004), ela identifica que as autoridades cognitivas não são apenas as fontes de informação (a autoria), mas também os procedimentos adotados para se gerar seu conteúdo, a sua reputação (comportamentos passados e histórico de confiabilidade), a existência de interesses

ou vieses, a sua concordância com outras autoridades ou fontes de informação, entre outros. Também Floridi (2019) relaciona informação com a ideia de conhecimento a partir da ideia de testemunho de fatos e evidências.

Assim, França e Simões (2016) falam das diferentes formas de produção de conhecimento, identificando alguns que são cotidianos, intuitivos, espontâneos, imediatos, necessários em face das situações vividas, e outros que são produto de um trabalho sistemático de pesquisa e estudo, menos imediatos, que procuram tomar certa distância do vivido, comprometidos com a busca permanente do conhecimento objetivo, fidedigno, aprofundado e sistemático da realidade. Esse segundo grupo é aquele denominado conhecimento científico, que se tornou a autoridade cognitiva das sociedades modernas. É o que Fuller (1988) chama de autoridade científica.

Mueller (2000) completa essa ideia ao defender que os seres humanos aprendem sobre o mundo de muitas maneiras por meio dos sentidos e da experiência, aumento seu conhecimento. No entanto, nem sempre a percepção que obtemos da realidade é confiável. Mas quando o conhecimento sobre determinado fenômeno é obtido segundo uma metodologia científica, ou seja, é o resultado de pesquisas realizadas por cientistas, de acordo com regras definidas e controladas, então aumentam as probabilidades de que nossa compreensão desse fenômeno seja correta.

Isso não significa que outras formas de conhecimento não possam proporcionar conhecimentos adequados sobre a realidade – mas, sim, que o compromisso com os fatos não é o seu objetivo final. A experiência religiosa, por exemplo, tem um compromisso maior com um conjunto de princípios revelados a partir de uma transcendência; a experiência artística é uma forma que busca sugerir mais do que afirmar, justamente para provocar atitudes, reflexões e sensações nos sujeitos; o senso comum muitas vezes busca consolidar tradições.

Esse componente da integridade da informação tem relação direta com os conceitos de desinformação que a veem como ações que disseminam deliberadamente informações falsas, com o intuito de enganar ou confundir público alvo específico para causar percepções enganosas da realidade e, assim, induzir a tomada de decisões embasadas em erro.

Esse componente se refere àquilo que Arendt (2022) chamou de verdade factual, isto é, àquela realidade que independe da vontade dos sujeitos, conforme

aproximação feita por Brotas (2024).

O segundo elemento da integridade da informação é a consistência. Ela diz respeito ao mundo intersubjetivo, isto é, à ligação entre uma ação e os objetivos aos quais ela se propõe. Está pressuposto nesse elemento a ideia de que a informação não é apenas algo ligado à emissão de mensagens, mas é uma forma de agir no mundo e, ao mesmo tempo, construir esse mundo. A consistência diz respeito à realidade não como contingência, como o que independe dos sujeitos mas, justamente, ao contrário: ao mundo que se quer construir, ao mundo necessário, considerando as demandas e interesses dos diferentes atores e sujeitos que vivem nele.

Obviamente, os objetivos dos diferentes sujeitos não são os mesmos, existem interesses diferentes e, muitas vezes, contraditórios. É por isso que, em alguns dos documentos relativos à integridade da informação, esse elemento, ao se referir aos ambientes de informação, recebe a denominação “equilíbrio”: a ideia de que os diferentes interesses devem ser apresentados e contemplados em busca de sínteses que sejam as melhores para todos.

Ao apresentar os processos de gênese e conscientização das normas, Freitag (1993) aponta que três autores clássicos (Weber, Durkheim e Piaget) estudaram as normas, a partir de ângulos diferentes que são, contudo, complementares.

A autora identifica inicialmente que Weber (1999), em sua obra *Economia e sociedade*, de 1921, apresentou três tipos de comportamentos que são regulamentados socialmente. O primeiro deles é o uso, um modo de regulamentação dos comportamentos por meio de uma repetição inconsciente de determinadas ações. O segundo é a tradição, que ocorre quando essa repetição passa a fazer parte de uma longa vivência, tornando-se hábito. Nesse caso, a herança dos antepassados passa a ser uma prescrição para a ação futura, e ocorre uma relativa tomada de consciência, por parte dos atores, dessas regularidades dos comportamentos passados. O terceiro tipo é a convenção. Nela, surge nos sujeitos a consciência de que as normas podem ser produzidas de maneira intencional, de que elas são o produto mesmo da ação dos sujeitos – e não produto da vontade divina ou de alguma força transcendental. Entre as convenções está o direito, que se diferencia das convenções pelo fato de a reprovação e a punição pela transgressão das normas serem executadas por instituições específicas. Freitag (1993) destaca que, na

abordagem de Weber (1979), a regulação dos comportamentos parte de um nível inconsciente e irrefletido, havendo depois uma tomada de consciência gradativa das normas por parte dos atores.

Freitag (1993) identifica uma segunda possibilidade de análise das normas, a partir de uma visão psicogenética. Ela identifica a obra de Piaget (1994), *O juízo moral na criança*, de 1932, como marco dessa abordagem. Piaget (1994) identifica, nesse livro, quatro estágios do desenvolvimento moral da criança: pré-moral, moralidade heterônoma, intermediário e autonomia moral. No primeiro estágio, a criança não conhece as regras sociais e age no mundo de forma relativamente inconsciente, sem compreender ou aceitar as regras. No segundo, a criança compreende as normas como existentes nelas mesmas, externas à sua consciência e à sua vontade. No terceiro, a criança deixa de obedecer rigidamente à norma, observando-a em situações específicas e a interpretando. No estágio final, a criança reconhece o caráter consensual da norma, percebe que sua necessidade decorre da relação com o outro e vê que sua validade é condicionada pelo respeito recíproco das partes – o que significa que a norma pode ser renegociada.

Ainda conforme Freitag (1993), Durkheim, em sua obra *Educação moral*, de 1925, teria conseguido demonstrar a integração desses dois processos. Para ele, a norma só tem poder coercitivo e vigência quando é aceita e seguida pelos membros da sociedade. Durkheim enfatiza o reconhecimento da validade e necessidade da norma, apontando que uma sociedade sem normas cai no estado de anomia, e um indivíduo desintegrado de seu grupo tem um comportamento desviante, sendo a-social. Durkheim identifica como autônomos os sujeitos que reconhecem a necessidade e a validade das normas, e portanto, de maneira voluntária, se sujeitam a ela.

Freitag (1993) então correlaciona as três teorias para evidenciar que, em primeiro lugar, as normas nascem tanto de uma dinâmica social que se coloca sobre os indivíduos como partem dos indivíduos que ativamente a constroem. Além disso, as normas não são dadas, não são algo imutável, são dinâmicas, negociáveis entre as partes. São, também, espaços de autonomia dos sujeitos, de democracia e, ao mesmo tempo, políticos, pois pressupõem a necessidade de regulamentar a convivência das pessoas.

Esse é exatamente o ponto em que Habermas trabalha com sua proposta de

agir comunicativo, um agir orientado para o entendimento mútuo. Em sua discussão sobre consciência moral e agir comunicativo, também recorre aos três autores mencionados por Freitag (1993), mas seu ponto de partida é outro: trata-se da teoria do desenvolvimento da consciência moral de Kohlberg (1981), que identifica a existência de três níveis e seis estágios. O primeiro nível é o pré-convencional, em que há o estágio do castigo e da obediência (obediência literal à autoridade para evitar o castigo) e o estágio de objetivo instrumental individual e da troca (seguir as regras para atender os próprios interesses).

O segundo nível é o convencional, no qual há o terceiro estágio, das expectativas interpessoais mútuas (quando se reconhece que os outros também têm interesses) e o quarto, preservação do sistema social e da consciência (quando se busca cumprir o dever na sociedade para manter o bem-estar dela). O terceiro nível é o pós-convencional ou baseado em princípios. Nele, as decisões dos sujeitos se dão a partir de valores e princípios com os quais todos os indivíduos de uma sociedade concordam. Fazem parte dele o quinto estágio (dos direitos originários e do contrato social, isto é, quando se busca sustentar os direitos, valores e contratos de uma sociedade) e o sexto, dos princípios éticos universais, no qual se pressupõe a existência de princípios universais, que toda a humanidade deveria seguir. É importante ressaltar que Kohlberg entende a passagem de um estágio para o outro como um aprendizado. Habermas relaciona os seis estágios do juízo moral de Kohlberg com os discursos e atos comunicativos dos sujeitos, para embasar sua teoria da ação comunicativa.

Esse componente se relaciona com o que Arendt (2022) chama de verdade racional, isto é, aquela que é construída pelos sujeitos – o mundo que os sujeitos querem, isto é, que depende da ação e da vontade deles.

Aplicando essa discussão aos vários momentos, na história, em que se buscou um conjunto multilateral de normas universais, merece destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, bem como tratados internacionais como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Mais recentemente, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), uma coleção de 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os ODS baseiam-se nos princípios acordados na Resolução A/RES/66/288, intitulada "O Futuro que Queremos". Os ODS abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social. São destacadas as conexões entre os aspectos ambiental, social e econômico do desenvolvimento sustentável, estando a sustentabilidade no núcleo da conceituação dos ODS.

Berger e Luckmann (1985), em seu trabalho sobre a construção social da realidade, relacionam a discussão de Durkheim (de que os fatos sociais são coisas) com a de Weber (de que a ação humana possui um significado subjetivo) para se perguntarem como é possível uma construção objetiva ser construída por ações subjetivas. A resposta dos autores é que isso se dá por meio de sucessivos processos de externalização por parte dos sujeitos, com objetivo de conferir ordem ao mundo e criar ambientes de vivência e convivência. Conforme os autores, o hábito, a repetição e a busca por economia de esforço criam padrões que se transformam em instituições. A institucionalização do mundo garante previsibilidade, reciprocidade e ordem. Mas os autores apontam um paradoxo nesse processo: as instituições acabam se naturalizando, passam a ser vividas como naturais. Elas são criadas pelas pessoas, mas é como se, depois, elas se esquecessem de que foram elas que as criaram.

Os autores ligam isso com os contínuos processos de socialização. Cada indivíduo não nasce membro de uma sociedade, ele passa por diferentes processos de socialização. Isso quer dizer que os significados não são criados por cada ser humano, eles são assumidos a partir de como os outros membros já os vivem. Trata-se do processo de internalização, no qual a aquisição de conhecimentos marca a entrada numa ordem social. Os indivíduos usam elementos externos para formar sua identidade, sua personalidade e definir linha de ação.

Por fim, o terceiro elemento da integridade da informação é a confiabilidade. Ela diz respeito à dimensão subjetiva da informação, isto é, ao produtor de determinada mensagem, à completude do conteúdo dessa mensagem, e aos elementos que a compõem: o canal de sua veiculação, a data e o contexto em que ela foi produzida. Diferente dos dois primeiros elementos, que fazem relação com o

mundo objetivo dos fatos ou o mundo intersubjetivo dos valores, aqui a referência é o próprio documento, o próprio conteúdo informacional – ela se refere à verdade do documento. Isso significa garantir que aquilo que está sendo apresentado como parte de uma ação de informação (com determinado autor, determinada data, determinado conteúdo) é, realmente, aquilo que diz ser – ou seja não está se fazendo passar por uma outra coisa que não seja. É por isso que, em alguns documentos sobre integridade da informação, a expressão utilizada é “autenticidade”, isto é, o fato de que cada um dos elementos que compõem a informação é verdadeiro com relação à própria informação. Trata-se da ideia de verdade, não a verdade do mundo, mas a verdade do documento, do registro de conhecimento, tal como ele foi produzido e veiculado. Ela se opõe, assim, à ideia de falsificação, de adulteração, de alguma alteração fraudulenta. Em alguns documentos, o termo usado para designar esse atributo é “completude”, no mesmo sentido, isso é, de preservação dos elementos que compõem determinado registro. Ele se refere àquilo que está inteiro, que não sofreu alteração, quebra ou distorção, isto é, preserva-se tal qual produzido por seu autor e veiculado por determinado canal. De acordo com Thompson (1995), diferentes autores se dedicaram a estudar os elementos que compõem um processo comunicativo, no qual informações são produzidas. Ele destaca, por exemplo, a sistematização de Shannon e Weaver que identificam os elementos fonte, transmissor, canal, sinal, receptor, destinatário e ruído; e a de Jakobson (2008), que identifica como elementos essenciais: emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente. A partir deles, o autor elabora uma sistematização para identificar as características do que chama de formas simbólicas.

Thompson (1995) usa essa expressão para designar uma ampla gama de produtos especificamente humanos (ações, objetos, expressões) que são significativos, isto é, que envolvem uma ação criadora relacionada à capacidade simbólica. E ele apresenta o que chama de cinco aspectos que compõem essas formas simbólicas, isto é, que estão envolvidos em sua constituição, em sua própria forma de existência.

O primeiro é o aspecto intencional, isto é, o fato de que essas formas simbólicas são expressões de um sujeito. Assim, por meio delas, um sujeito está buscando certos objetivos ou propósitos, e a produção de informação (no caso, de formas simbólicas) é uma ação desse sujeito. O segundo é o aspecto convencional, que se refere ao fato

de que tanto a produção quanto a interpretação das formas simbólicas envolverem a aplicação de determinadas regras, códigos e convenções. Essas regras podem ser linguísticas, de gênero, de gosto, de estilo, entre outras. O terceiro é o estrutural, relacionado com o fato de que as formas simbólicas possuem uma determinada estrutura articulada, são compostas por elementos que se relacionam uns com os outros – o que, comumente, se chama de conteúdo. Elas são compostas por determinadas palavras, imagens, sons, por uma organização deles no espaço e/ou no tempo, em sequências e hierarquias, etc. O quarto aspecto é o referencial, isto é, o fato de que as formas simbólicas representam algo, se referem a algo, apontam para algo fora delas que podem ser objetos, pessoas, situações. O quinto é o aspecto contextual, que tem relação com o fato de as formas simbólicas estarem sempre inseridas em contextos sócio-históricos específicos, e em função dos quais são produzidas, circulam e são interpretadas.

Em sua discussão, Thompson (1995) deixa claro que o significado das formas simbólicas não está contido em um ou outro aspecto. Ele não equivale à intenção do produtor, à convenção na qual se encaixa, à estrutura interna das mensagens, aos objetos aos quais faz referência nem ao seu contexto. O significado é complexo, ele é da ordem da interação de todos esses elementos, que atuam juntos para a completude de um ato de informação ou, nos termos do autor, de comunicação. É por esse motivo que a alteração ou falsificação de qualquer um deles compromete a sua completude e, por consequência, a sua integridade.

Especificamente em relação a esse componente, deve-se ressaltar a ameaça maior das *deep fakes*, isto é, as falsidades profundas: conteúdos falsos produzidas com alto grau de sofisticação (por exemplo, inteligência artificial usada para gerar imagens, áudios ou vídeos fraudulentos, com adulteração de elementos preexistentes, de forma a fazer pessoas acreditarem na existência de algo que não ocorreu. São instrumentos de engano mais sofisticados e perigosos.

6 Os componentes da integridade da informação e o conceito de informação

A ideia de integridade da informação permite perceber que a informação é uma ação, é um processo a partir do qual os sujeitos conhecem o mundo e se colocam nele, isto é, constroem o mundo em que vivem. Informação é uma ação dos sujeitos

no mundo. Isso significa a produção de determinados documentos em determinadas condições (cuja autenticidade pode ser verificada). Significa também a ação de se referir ao mundo, testemunhar fatos do mundo e disponibilizar tais testemunhos para que outros tomem decisões (e a adequabilidade aos fatos da realidade pode ser verificada, por ser rigorosa). E é também uma ação de construção do mundo, de definição dos valores e normas que devem guiar os comportamentos das pessoas (e cuja consistência pode ser avaliada em termos dos interesses dos diferentes atores).

A informação é uma capacidade humana, que pode ser utilizada para a construção de civilizações, democracias, sistemas de saúde, de educação e muitas outras instituições. Nesse sentido, desinformação, discursos de ódio, fake news e teorias conspiratórias podem ser entendidas como ações que degradam, fraudam, atrapalham e corroem o mundo coletivo construído pelos sujeitos.

O conceito de integridade da informação, com seus três componentes, permite identificar a informação como conhecimento, como cultura e como comunicação. Dessa forma, mostra-se adequado para integrar, num único modelo explicativo, os três níveis e as quatro dimensões da desinformação identificadas neste texto. Ao mesmo tempo, entender a integridade da informação na perspectiva da informação como ação é remeter à capacidade humana de conhecer e experimentar o mundo, gerar registros desses conhecimentos e experiência e os disponibilizar para outras pessoas. Ou seja, a informação é ao mesmo tempo conhecimento do mundo, construção da cultura e atividade de comunicação, de interação com outros sujeitos por meio de mensagens.

Esse potencial da ação de informação para a construção de acordos e negociações, de conhecimentos mais rigorosos, de construção de civilizações de promoção da justiça, entre outros, aproxima-se da proposta de esfera pública desenvolvida por Habermas (1962), isto é, um espaço em que os diferentes atores sociais, usando a razão e o discurso, apresentam suas ideias e deliberam juntos sobre o que é melhor para todos. Esse conceito foi desenvolvido em 1962. Sessenta anos depois, o autor a atualizou para o atual cenário em que a esfera pública se dá, em grande parte, no ambiente digital (Habermas, 2023).

É nesse sentido que a ideia de integridade da informação se mostra como uma proposta em que se considera tanto a dimensão do conhecimento do mundo quanto dos valores que devem guiar nossas ações e, também, a segurança e a confiança que

podemos ter em relação a tais ações. Evidenciar todos esses aspectos em um único quadro de referência a partir da teoria de Habermas pode ser um caminho para a sua fundamentação enquanto um conceito científico.

Referências

ARAÚJO, C. A. Á. Dinâmicas da desinformação. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Porto, n. especial, p. 31–52, 2024a. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasae/article/view/14005> 2024. Acesso em: 19 jun. 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. Integridade da informação: um novo conceito para o estudo da desinformação. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 19, n. 1, p. 207–226, 2024b. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/614>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2022.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to information science**. Londres: Facet Publishing, 2012.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BROTAS, C. M. C. Reflexões acerca das narrativas disseminadas pela extrema direita contemporânea a partir de Hannah Arendt. **Logeion**, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7071>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Londres: Heinemann Educational Books, 1979.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

FALLIS, D. On Verifying the Accuracy of Information: Philosophical Perspectives. **Library Trends**. v.52, n.3, p. 463-487. 2004.

FLORIDI, L. **The logic of information: a theory of philosophy as conceptual design**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

FRANÇA, V.; SIMÕES, P. **Curso básico de teorias da comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FREITAG, B. A norma social: gênese e conscientização. In: SOUSA JÚNIOR, J. G. (Org). **Introdução crítica ao direito**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

FULLER, S. **Social epistemology: science, technology and society**. Bloomington: Indiana University, 1988.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas configurações do conhecimento e a validade da informação. In: VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2733/1861>. Acesso em: 19 jun. 2025.

HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere**. Cambridge: Polity Press, 1962.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society**. (vol. 1), Cambridge: Polity Press, 1981.

HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2023.

HARTEL, J. Turn, turn, turn. **Information Research**, v. 24, n. 4, dec. 2019. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/24-4/colis/colis1901.html>. Acesso em: 19 jun. 2025.

HEISIG, P. (Ed.). **Handbook on information sciences**. Cheltenham: Edward Elgar, 2024.

HJØRLAND, Birger. Library and information science (LIS). In: **Encyclopedia of knowledge organization**. Toronto: ISKO, 2018. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/lis>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ILHARCO, F. **Filosofia da informação: Introdução à informação como fundação da ação, da comunicação e da decisão**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora, 2003.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

KOHLBERG, L. **Essays on moral development**, Vol. I: The philosophy of moral development. Nova Iorque: Harper & Row, 1981.

MUELLER, S. M. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SALAÜN, J.-M.; ARSENAULT, C. Introduction aux sciences de l'information. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.

SANTOS, N. **Integridade da informação**: uma agenda em disputa. Salvador: Aláfia Lab; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2024b.

SANTOS, N. Por que precisamos discutir a “integridade da informação”? **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2024a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/integridade-da-informacao/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SARACEVIC, T. Information Science. **JASIS - Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNITED Nations. **Our Common Agenda – Policy Brief 8**: Information Integrity on Digital Platforms. 2023. Disponível em: <https://indonesia.un.org/en/236014-our-common-agenda-policy-brief-8-information-integrity-digital-platforms>. Acesso em: 19 jun. 2025.

UNITED Nations. **United Nations Global Principles for Information Integrity**: recommendations for multistakeholder action. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/information-integrity/global-principles>. Acesso em: 19 jun. 2025.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILSON, P. **Second-Hand Knowledge**. An inquiry into cognitive authority. Westport, Conn: Greenwood. 1983.

Scientific basis of the concept of information integrity based on Habermas' theory of communicative action

Abstract

Objective: The objective of this work is to provide a possible basis for the concept of information integrity, which has been presented in institutional documents to date but has not yet been established as a scientific concept. To this end, the idea of information as action is used. **Methodology:** Jurgen Habermas' theory of communicative action was used to analyze the three basic principles of information integrity: accuracy, consistency, and reliability. **Results:** It is possible to identify informational action as knowledge, as culture, and as communication, which is directly related to the three types of action proposed by Habermas: teleological, normative, and dramaturgical. They allow us to base the principles of accuracy, consistency,

and reliability of information integrity. **Conclusions:** the perspective of information integrity allows us to identify the complexity, different levels, and dimensions of disinformation and related phenomena in a single, comprehensive explanatory framework.

Descriptors: Information integrity. Disinformation. Theory of communicative action.

Base científica del concepto de integridad de la información basada en la teoría de la acción comunicativa de Habermas

Resumen

Objetivo: El objetivo de este estudio es proporcionar una posible base para el concepto de integridad de la información, que se ha presentado en documentos institucionales hasta la fecha, pero aún no se ha establecido como un concepto científico. Para ello, se utiliza la idea de la información como acción. **Metodología:** Se utilizó la teoría de la acción comunicativa de Jürgen Habermas para analizar los tres principios básicos de la integridad de la información: exactitud, consistencia y confiabilidad. **Resultados:** Es posible identificar la acción informativa como conocimiento, como cultura y como comunicación, lo cual se relaciona directamente con los tres tipos de acción propuestos por Habermas: teleológica, normativa y dramática. Nos permiten fundamentar los principios de exactitud, consistencia y confiabilidad de la integridad de la información. **Conclusiones:** La perspectiva de la integridad de la información nos permite identificar la complejidad, los diferentes niveles y dimensiones de la desinformación y los fenómenos relacionados en un marco explicativo único e integral.

Descriptores: Integridad de la información. Desinformación. Teoría de la acción comunicativa.